



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

“30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!”

Vigilância em Saúde

“O CUIDADO COM A PRIMEIRA INFÂNCIA”: ALINHANDO AS AÇÕES AO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Fatima Aparecida Ribeiro

1 Prefeitura Municipal de São José dos Campos - Prefeitura Municipal de São José dos Campos

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A análise das notificações de violências nos anos de 2014 e 2016 demonstraram um crescimento das notificações com 56, 46% envolvendo crianças e adolescentes e aumento na faixa etária de 0 a 6 anos. A vigilância também identificou na rede de educação infantil notificações tardias, dificuldades para identificar e intervir em situações concretas e resistência dos profissionais e gestores em dar andamento às medidas de proteção. Partindo deste pressuposto, a Coordenação da Saúde e da Educação Infantil promoveram um encontro para sensibilizar e integrar as equipes de atenção básica e gestoras das unidades escolares e assim qualificar os cuidados na primeira infância. Neste encontro foram abordados os temas: Bases conceituais da cultura da violência; impacto da violência na saúde individual, coletiva e nas relações; É possível mudar a cultura da violência desenvolvendo a prevenção primária e a prevenção secundária através do reconhecimento dos sinais de alerta, dos níveis de gravidade e desencadeando medidas pertinentes. A avaliação, com aplicação de questionário, demonstrou a necessidade de aprofundar questões sobre o crescimento e desenvolvimento infantil e alinhar as ações ao marco legal da primeira infância. Detectou-se que a Educação Infantil realizava procedimentos e encaminhamentos insatisfatórios devido ao desconhecimento da rede de proteção (assistência e cuidados).

OBJETIVOS

Capacitar para identificar, acolher, atender e proteger crianças em situação de vulnerabilidades e violências, incluindo suas famílias e independente de qualquer discriminação; Desencadear estratégias para integrar a educação infantil à rede de cuidados; Alinhar as ações às premissas do Marco Legal da Primeira Infância; Elaborar de forma participativa um instrumento norteador para as unidades escolares.

METODOLOGIA

A capacitação foi realizada em encontros com metodologia participativa. Abordaram-se os marcos legais para subsidiar as intervenções com discussão de situações no ambiente escolar e elaboração das intervenções necessárias para compor o documento norteador. Para alinhar-se ao marco legal, deu-se ênfase a importância das relações com as crianças e da parceria da escola com a família na proteção. Investiu-se na perspectiva da escola como local para promoção da qualidade de vida/saúde e foi apresentado o fluxograma de atendimento e acionamento dos serviços por meio da notificação e a potência da intervenção em rede intersetorial para proteção. Na sequência o grupo participou do VIII Seminário de Promoção da Saúde e Cultura de Paz e de um Workshop sobre Metodologias de prevenção de violência sexual para crianças.



32º CONGRESSO
DE SECRETÁRIOS
MUNICIPAIS DE
SAÚDE DO
ESTADO DE
SÃO PAULO

15ª Mostra de
Experiências
Exitosas dos
Municípios

8º Prêmio
David
Capistrano

“30 anos de SUS: SUStentabilidade para garantia do Direito à Saúde
Aumento do financiamento federal e estadual!”

Os recursos utilizados foram próprios das secretarias e parcerias, contratou-se apenas uma especialista para o workshop atingindo 278 equipes gestoras das unidades escolares da rede direta e conveniada que respondem por 106 escolas com 1400 profissionais e que atendem 28.276 crianças.

RESULTADOS

O projeto estreitou a parceria entre Saúde e Educação Infantil com subsidio dos Marcos Legais para desenvolver ações que visam o cuidado para o pleno desenvolvimento infantil e constituição de sujeitos com capacidade para colaborar no desenvolvimento da sociedade e da cidadania. Os educadores ampliaram o olhar para o impacto das vulnerabilidades e violências na ação pedagógica e da escola como espaço propício para reconhecer e intervir precocemente nestas situações, além de ampliar o olhar para a potência do trabalho em rede na proteção das crianças e a importância da parceria família/escola nesta proteção. A capacitação possibilitou a construção do instrumento norteador onde foi reconhecida as necessidades dos educadores. O projeto encontra-se na fase de finalização do documento norteador e já apresenta desdobramentos significativos: introdução do tema da violência sexual em capacitação de quatro unidades escolares da rede conveniada, apropriação de materiais e sites específicos utilizados na capacitação para subsidiar a formação e prática dos educadores apresentados no Fórum de Educação com a comunicação oral “Currículo para Berçário”. Também foi premiado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do ESP entre as 5 melhores experiências na implantação do marco legal. Pretende-se manter a parceria entre saúde/educação com a manutenção do grupo gestor permanente para planejar, executar e avaliar as ações de promoção da saúde e cuidados de atenção de saúde no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações alinhadas aos marcos regulatórios possibilitam avanços na proteção integral de crianças e adolescentes através da escuta da criança e participação com corresponsabilidade da família na Rede de Proteção para garantia do direito ao desenvolvimento integral. A revisão destes documentos bem como os dados de notificação apresentados à Secretaria de Educação sinalizou a necessidade de revisitar a apropriação desta doutrina para identificar onde havia desconhecimento, interpretação equivocada e lacunas de conhecimentos relacionados aos marcos legais para subsidiar uma mudança nas práticas de atenção para garantir o cuidado integral para o pleno desenvolvimento. O trabalho embasado na integração das unidades de educação infantil à Rede de Proteção facilita o reconhecimento das instituições existentes, fluxos de encaminhamentos, normas operacionais e participação em espaços para execução de projetos de intervenção intersetorial e assim respostas às demandas identificadas pela educação infantil. A introdução dos marcos legais e conceitos de escuta e parceria com a família, foram significativas na desconstrução da visão estereotipada de que a violência deve ser combatida, para uma visão da necessidade de transformações nas relações humanas. Neste momento, identificamos a necessidade de manutenção do grupo de trabalho envolvendo as duas instituições com possibilidades de agregar outras.